



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - VIOLÊNCIA URBANA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1266/09	DATA: 25/08/2009
INÍCIO: 15h12min	TÉRMINO: 17h07min	DURAÇÃO: 01h56min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h56min	PÁGINAS: 38	QUARTOS: 23

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Elaboração do roteiro dos trabalhos.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Havendo número regimental e um *quorum* qualificado como este que se encontra hoje na primeira reunião da CPI que tem por objetivo apurar as causas e propor soluções para esse que é um dos maiores clamores da sociedade brasileira, a violência urbana, declaro abertos os trabalhos.

Esta reunião foi convocada para que, depois de já debatido democraticamente entre a direção da CPI, o Relator possa apresentar um plano, uma proposta de trabalho para as futuras reuniões da CPI.

A ata foi distribuída...

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Sr. Presidente, tendo em vista que a ata foi distribuída, peço a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Dispensada a leitura da ata da instalação da CPI, passo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras presentes, quero destacar aqui a presença do Sr. Juarez Pinheiro, assessor federativo do Ministério da Justiça, que gentilmente, mesmo sem a formalização ainda desses convites, aceitou nosso convite para se fazer presente aqui conosco.

Quero destacar aqui, já nesta primeira sessão, a presença da Sra. Cláudia Bacelar Rita, que é a Presidente do Sindicato dos Servidores do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul — SINDIPERÍCIAS-RS, bem como da Sra. Adriana, que é a 1ª Secretária.

Representações, Sr. Presidente, de todo o País começam a chegar a Brasília para participar da nossa 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, que terá início na próxima quinta-feira, reunindo mais de 3 mil delegados de todo o País, e que mobilizou um contingente de mais de 450 mil pessoas.

Quero dizer, Sr. Presidente, que nós estamos iniciando este trabalho num momento extremamente oportuno para que o Congresso Nacional, em especial a Câmara dos Deputados, faça o debate a respeito dessa matéria.

Eu quero rapidamente, Sr. Presidente, falar um pouco daquilo que pensamos e também é fruto do encontro que tivemos hoje, numa reunião provocada pelo Presidente, da qual participaram alguns colegas Deputados integrantes desta CPI.



Estamos avançando numa discussão que eu quero ter a oportunidade de compartilhar aqui e receber a colaboração e a contribuição de V.Exas.

Na realidade, todos os Parlamentares aqui presentes são Parlamentares que já têm uma experiência de trabalho nessa área, inclusive de terem participado de Comissões Parlamentares de Inquérito.

O tema da violência urbana é um tema por demais vasto. O grande desafio desta Comissão, no meu ponto de vista, Sr. Presidente, como Relator, neste primeiro momento, será exatamente definirmos um foco de trabalho.

Então, quero apresentar aos senhores e senhoras, rapidamente, a ideia geral daquilo que nós pensamos. E, na medida em que este roteiro de trabalho do Relator não é um documento que venha a ser votado, mas sim apresentado pelo Relator, a minha ideia é incorporar às ideias que vou apresentar as sugestões de V.Exas., para poder, a partir delas, inclusive, preparar uma proposta definitiva de roteiro, que poderá ser remetida, ainda esta semana, para os gabinetes de todos os senhores e senhoras.

Eu creio que nós poderíamos, Sr. Presidente, definir como objetivo principal do trabalho desta Comissão, que pretende discutir a questão da violência urbana, o esforço, no qual todos nós estaríamos imbuídos ao longo deste próximo período, de podermos chegar ao final dos trabalhos desta Comissão e apresentar à Casa e à sociedade brasileira uma proposta de um novo modelo de segurança pública para o País e, junto com ele, Sr. Presidente, apresentarmos uma ideia, uma opinião sobre o financiamento desse modelo.

Eu acho que nós podemos estabelecer como desafio principal chegarmos ao final do trabalho e termos condições, pela própria qualidade da composição, dos integrantes desta Comissão, de apresentar uma proposta que envolva um modelo e uma política de financiamento da segurança pública no País, em sintonia, inclusive, com o próprio esforço que faz a sociedade brasileira quando se organiza na 1ª Conferência Nacional.

Todos nós aqui, Sr. Presidente, sabemos com clareza que o atual modelo de segurança pública do País é um modelo que faliu. Esse é um modelo que faliu. Portanto, já passou a hora de a sociedade brasileira conseguir enxergar e aprovar uma proposta de um novo modelo.



Todos os elementos que nós analisarmos são sintomas, são indícios que só irão comprovar essa tese primeira de que esse modelo que temos hoje no País está falido e está superado.

A ideia que nós discutimos — e eu quero apresentar aqui para os senhores — é uma ideia na qual, num primeiro momento, nós vamos trabalhar no sentido de termos um diagnóstico, formado a partir, inclusive, de estudos elaborados recentemente em função da própria Conferência.

Vários documentos estão sendo produzidos no País. Semana passada, nós tivemos o lançamento do *Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, um documento extremamente atual, com dados, informações que são realmente inovadoras, do ponto de vista do que elas nos permitem enxergar da participação dos Estados, do financiamento, da transferência de recursos.

Nós tivemos também, nesse mês de julho, a publicação do Índice de Homicídios na Adolescência, nessa iniciativa conjunta do UNICEF, da Secretaria Especial de Direitos Humanos e outras instituições. Temos também esse documento que todos os anos tem sido referência para o debate da violência no País, que é o *Mapa da Violência nos Municípios Brasileiros*.

A proposta inicial que eu apresento a V.Exas. é de que nós, até a metade do mês de setembro, Sr. Presidente, nos debrucemos em fazer 2 ou 3 reuniões, trazendo aqui o Diretor-Geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, e o Secretário Executivo do PRONASCI, Ronaldo Teixeira, para fazerem o diagnóstico do retrato atual das principais ações, carências e iniciativas da Polícia Federal e do Governo na área da segurança pública e a apresentação desses mapas mais recentes, com os principais indicadores, volumes de investimentos, Deputado Dutra, que nos permitam enxergar uma radiografia atualizada do tema.

A partir dessas informações iniciais, que nós coletaríamos de maneira coletiva, inclusive recebendo sugestão, em outros documentos, de outras pessoas que pudessem ser ouvidas, neste primeiro momento, nós definiríamos, então, algumas questões relativas aos encaminhamentos do segundo momento da CPI.

Eu entendo — e apresentei ao Presidente uma ideia — que, de tantos elementos que poderiam ser escolhidos como elementos condutores, digamos assim, de uma investigação, naturalmente nós teremos que fazer aqui algumas



opções, até mesmo para podermos estabelecer um nexos claro entre o trabalho que nós queremos desenvolver e os resultados a que nós queremos chegar.

Particularmente, eu entendo que hoje existe um fato novo, que ainda não foi objeto de um trabalho detalhado de investigação, que é a relação que existe entre o crescimento do uso do *crack* no País e o aumento das ocorrências, o aumento dos indicadores de violência e de criminalidade.

Eu fui, Sr. Presidente — o Deputado Marcelo Itagiba fez parte também e outros Deputados —, há pouco tempo, Relator da CPI do Tráfico de Armas. Eu não me lembro se o senhor estava junto conosco. Visitamos diversos presídios do País, nos anos de 2004 e 2005, Deputado Dutra, e não enxergamos o *crack*.

Vários trabalhos recentes que foram desenvolvidos por esta Casa, até o ano de 2004, 2005, não constataram uma grande ocorrência e presença dessa droga no País. E hoje nós temos uma relação direta entre a presença do *crack* e o aumento do número de ocorrências, naturalmente estabelecendo nexos causal, eu diria assim, dessa relação.

Não temos, hoje, uma política específica de repressão, na questão do *crack*; não temos, no âmbito do Ministério da Saúde, uma política de saúde pública específica; e não temos sequer uma política relacionada à questão da prevenção. É um tema no qual nós podemos colaborar diretamente para a construção de uma política de enfrentamento dessa questão no País. E creio, Sr. Presidente, que deva ser essa questão do *crack* um dos elementos principais da condução desse trabalho de investigação que nós vamos desenvolver.

Por outro lado, Sr. Presidente, nós temos também alguns trabalhos que foram desenvolvidos de maneira bastante recente por esta Casa. Quero aqui destacar 2 trabalhos: o trabalho desenvolvido pela CPI do Sistema Carcerário, da qual o Deputado Dutra foi o Relator, o Deputado Carlos Sampaio fez parte, o Deputado Alexandre Silveira, Presidente, fez parte, e também os Deputados William Woo, Marcelo Itagiba e vários colegas que estão aqui. Nós entendemos que esta Comissão deve recuperar tudo aquilo que já foi produzido e tratar essa questão como um dos pontos do trabalho a ser desenvolvido, exatamente pela relação direta que tem o tema do sistema carcerário com a questão da violência, com a questão da segurança pública. E inclusive identificando os projetos de origem legislativa que



foram resultado do trabalho da CPI, propostos pelo Relator, as denúncias que foram feitas, para que possa, inclusive do ponto de vista institucional, a Casa manter o trabalho que vinha sendo desenvolvido e acompanhar o encaminhamento e o desenvolvimento de políticas.

Conversava hoje com o Dr. Juarez, Presidente, exatamente sobre este tema e falava sobre o projeto dos presídios de jovens adultos. Mas, o que eu, *a priori*, pude identificar é que é fundamental que o Parlamento acompanhe isso de perto, inclusive em função das questões de natureza orçamentária e de contingenciamentos, de falta de recursos, que fazem com que boas ideias e boas propostas muitas vezes acabem não avançando.

Nós podemos, na medida em que vamos discutir a questão do financiamento da segurança pública, ser também, como CPI, um elemento que possa vir a provocar uma mudança de postura por parte do Poder Legislativo e do próprio Executivo na priorização dessas questões.

Temos também, Sr. Presidente, um outro trabalho que tive oportunidade de analisar, realizado pelos colegas da Legislatura anterior, sobre roubo e furto de veículos, que é o crime contra o patrimônio que estatisticamente mais cresce no País. Foi feito um belíssimo trabalho, apontando, inclusive, medidas concretas que poderiam ser colocadas em execução, especialmente regulando a questão de desmanches clandestinos, clonagem, relação com seguradoras. Mas, simplesmente, depois do final daquela Comissão Parlamentar de Inquérito, elas nunca foram pautadas, nunca foram priorizadas. São questões concretas que podem ser construídas, levadas ao Presidente Michel Temer, aos Líderes, para que possam ser pautadas no plenário ainda durante o próprio trabalho desta Comissão, sem a necessidade de esperar que a Comissão conclua o seu trabalho para propor iniciativas ao Presidente e ao Plenário a respeito de determinados temas que possamos ir identificando.

Certamente, Sr. Presidente, também teremos que tratar aqui, quando formos discutir a questão do financiamento da segurança pública e quando formos discutir um modelo de sistema, de um tema que está colocado na ordem do dia hoje, que são as condições de trabalho dos profissionais da área de segurança pública.



Não há como avançar numa discussão nesse sentido sem que possamos também incorporar no nosso debate a questão relativa aos pisos salariais, aos padrões salariais, ao modelo de financiamento e às condições de trabalho dos profissionais, bem como a definição clara do papel de cada um dos entes da Federação. Temos um avanço importante dessa compreensão, recente, do próprio Ministério, no qual, através do PRONASCI, o município é trazido para ser parte integrante de uma política de segurança pública para o País. Mas podemos avançar. E considero fundamental que esteja incorporado ao tema de trabalho desta CPI também essa questão relativa ao piso, ao padrão salarial, às condições de uma política nacional voltada para essa questão.

Então, Sr. Presidente, evidentemente, de uma maneira preliminar, faço essa reflexão com os colegas e proponho um roteiro que seria, de maneira sintética, exatamente este: num primeiro momento, a realização de 2 ou 3 audiências que pudessem atualizar rapidamente a própria Comissão a respeito dos indicadores e índices do mapa atual da violência no Brasil, com a participação da Polícia Federal, do Ministério da Justiça, de alguns especialistas que podem inclusive ser sugeridos pelos colegas; o tema do *crack*; a recuperação do trabalho desenvolvido pelas CPIs do Sistema Carcerário e de Roubo e Furto de Veículos; e, como objetivo principal, no qual todos nós estaríamos integrados, a questão de propor um novo modelo e uma política de financiamento da segurança pública no País.

Eu acho que nós temos uma oportunidade única, Sr. Presidente, de fazer um diagnóstico, que não existe hoje da maneira como nós o podemos realizar. Repito: a minha ideia, como Relator, é trabalhar de uma maneira que todos os Deputados e Deputadas que porventura desejem uma participação efetiva na Comissão tenham espaço, funções, condições de poder colaborar de maneira real com as suas experiências, com a sua elaboração.

Apresento essas ideias gerais como roteiro inicial para o trabalho a ser desenvolvido pela Comissão e coloco a minha colaboração à análise de V.Exa. Inclusive vou recolher tudo aquilo que aparecer em termos de sugestões.

Naturalmente, Sr. Presidente, nós já estamos fazendo o levantamento de algumas situações, eu diria, extremas de problemas e boas práticas a serem conhecidas também neste momento inicial.



Ao pegarmos o sistema penitenciário, o sistema carcerário, temos aí o Presídio Central de Porto Alegre, o Urso Branco, como exemplo daquilo que não dá certo. Mas temos boas experiências ocorrendo no País.

Falava-me hoje também o Dr. Juarez sobre a experiência do Gabinete de Gestão Integrada, na região de Vitória e demais cidades da região metropolitana, no Espírito Santo, Deputada Iriny; sobre a experiência de um videomonitoramento que está sendo desenvolvido em Campinas; sobre a experiência inovadora que está sendo desenvolvida no Piauí, pelo Governador Wellington, das fazendas terapêuticas de recuperação de dependentes químicos, a partir de uma iniciativa do Poder Público, buscando inclusive superar uma dificuldade, que é o enquadramento para que o SUS possa aceitar esses procedimentos e pagar por esses procedimentos de internação, que é uma coisa extremamente difícil de resolver — no âmbito do Ministério da Saúde, pelas informações que nós temos, há um projeto pioneiro muito importante sendo desenvolvido no Piauí —; e sobre a experiência do Mulheres da Paz, no Rio de Janeiro, que hoje envolve 2.500 mulheres, e é um projeto importante. Evidentemente, os colegas têm outras sugestões, outras ideias que podem vir a ser incorporadas a este trabalho.

Então, é isso, de imediato, Sr. Presidente. Coloco a palavra à disposição dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - De plano nós parabenizamos V.Exa., Deputado Paulo Pimenta, pela lucidez com que aborda e com que elenca uma série de propostas para início dos trabalhos. Foi exatamente sob essa ótica que nós buscamos o apoio de diversos colegas nesta Casa para que esta CPI fosse implementada.

Sob a ótica da sociedade, há uma falência total e completa dos pilares do sistema de defesa social na nossa sociedade. Uma delas foi detectada de forma clara e evidente na CPI do Sistema Carcerário, onde ficou evidenciado aquilo que a sociedade já sabia, mas de forma mais latente: que o Estado, o Poder Público não cumpre o seu mister constitucional de ressocializar aqueles que, por um motivo ou outro, venham a delinquir. Por outro lado, nós vivemos uma dicotomia da impunidade. A maior parte daqueles que delinquem não chegam sequer a ser condenados neste País. Por isso esta CPI foi implementada.



Nós parabenizamos V.Exa. Tenho certeza de que os demais companheiros inscritos poderão contribuir, e muito, com a sistematização do trabalho a que esta CPI se dará.

Está inscrito o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, gostaria inicialmente de cumprimentar o Relator pela proposta feita com relação aos trabalhos. Acho que ele definiu bem a importância de termos um escopo, a importância de sistematizarmos os trabalhos desta CPI e de definirmos as metas. Acho que o diagnóstico que ele coloca como sendo prioridade nas primeiras reuniões é que vai fundamentar nossas ações.

Portanto, eu concordo *ipsis litteris* com a sugestão feita, inclusive no que tange ao aproveitamento de trabalhos já feitos por outras CPIs e também de abraçarmos, como ele bem disse, propostas e iniciativas bem-sucedidas em Estados. Quer dizer, independentemente da questão partidária, política, enfim, se é uma proposta bem-vinda para o Brasil, vamos abraçá-la como sendo uma causa desta Comissão, como bem colocou o Relator. A partir do momento em que a abraçarmos, certamente essa luta que hoje está naquele Estado passa a ser uma luta nacional, porque vai ter a dimensão desta CPI da Violência Urbana.

Portanto, acho uma sugestão muito interessante pegarmos, como a questão de Vitória, como a questão do Piauí, trazermos para dentro da CPI e abraçarmos realmente como sendo uma luta nossa e não somente deste ou daquele Governador, que, muitas vezes, por falta de um respaldo de uma Comissão como esta, vê a sua luta em vão, quando poderia ser muito bem-sucedido na sua empreitada.

Eu havia conversado, inclusive, com o Deputado Paulo Pimenta e com V.Exa., a respeito de que, se, por acaso, neste primeiro momento, partirmos para a oitiva, ou melhor, para os convites daqueles que darão subsídios no que tange aos dados, às informações que teríamos, se, num momento que antecederesse até mesmo este, eu diria já na próxima terça-feira, caso o Relator não tenha uma sugestão específica de quem seria ouvido, que nós pudéssemos trazer alguém aqui que abordasse o tema violência urbana sob um enfoque eminentemente temático, doutrinário. E, em que pese não ser esse o objeto da nossa CPI, quer dizer, ficar



discutindo aqui teorias e teses, seria tão somente para a definição de violência urbana. Por quê? Porque é um tema tão abrangente que, na hora em que tivermos a exata clareza do que aborda o tema, desde a violência urbana no que tange aos acidentes de trânsito, passando pela questão da mulher, passando pela questão das instituições — Ministério Público, Judiciário, delegacia de polícia, Polícia Militar —, passando por temas como a reinserção social, a questão dos presídios, que é um dos pilares da segurança pública, enfim, na hora em que nós tivermos essa definição doutrinária — todos nós a tivermos —, V.Exa., em conjunto com o Relator, poderá definir, aí, sim, o escopo e o foco, até para que o Relator, V.Exa. ou qualquer um de nós, quando for abordado sobre o porquê de não se estar estudando esse tema, possamos dizer: *“Em que pese o tema estar dentro do conceito genérico de violência urbana, nós não temos neste primeiro momento essa prioridade. Nosso foco é este”*. Com o foco, nós temos condições de atingir nossos objetivos.

Por isso acho importante esta primeira reunião de natureza teórica. Que seja a primeira e única, mas que nos dê subsídios para definirmos qual é o nosso foco, dentro do espectro que temos no tema violência urbana.

Seria isso, Sr. Presidente. Meus cumprimentos a V.Exa. e ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Além de concordarmos com V.Exa., Deputado Carlos Sampaio, ainda gostaríamos de fazer de público um convite. Acho que vamos precisar escolher, como disse muito bem o Relator, que se colocou democraticamente aberto a ouvir todos os colegas no sentido de colher as suas proposições, as suas ideias, para sistematizarmos os trabalhos desta CPI, que tem um escopo muito amplo... E temos de ter todo o cuidado para que possamos atingir o objetivo final, que é apresentar um relatório ao País que venha a gerar efetivamente resultados.

Nós convidamos V.Exa. para que integre a equipe da direção da CPI, ajudando-nos na sistematização, ou seja, colhendo todas as proposições dos colegas e estando mais próximo do Relator para que nos ajude a sistematizar os trabalhos desta CPI. Nós faremos isso oficialmente através de um ato da Presidência, mas fica o convite a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, agradeço muito a V.Exa. e ao Relator. Quero dizer que, para mim, é uma honra assumir essa função



de sistematização. Foi a função que me coube nas 3 CPIs em que atuei — CPI dos Correios, CPI das Ambulâncias e CPI dos Cartões Corporativos —, e é um trabalho feito justamente para subsidiá-los, Relator e Presidente. Não é um trabalho autônomo, ao contrário. Eu recebo a missão e corro atrás para poder sistematizar, para que isso sirva de subsídio para a Relatoria e para a Presidência.

Para mim é uma honra e fico muito orgulhoso de poder exercer essa função.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Com a palavra o Deputado Rogerio Lisboa.

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados presentes, quero dizer que é muito oportuna a instalação desta Comissão sobre um tema que, principalmente nos grandes centros, e é isso que vamos buscar entender, a população vem sofrendo de forma a não ter mais esperança de ver o problema resolvido.

Ouvi as propostas do Relator e quero dizer que concordo e comungo com todas elas. Acho que nós devemos, ao final do trabalho, ter um documento saído daqui desta Comissão e que devemos apresentar ao País pelo menos uma ideia, uma proposta de como se resolver essa questão principalmente de financiamento do combate à violência nos grandes centros.

Quando se fala em violência, logicamente reunimos algumas instituições que são importantes. Porém, temos as Polícias, tanto a Civil como a Militar, que estão na ponta dessa luta que devemos empreender, que o Estado deve empreender, para garantir a segurança do cidadão.

Não há nada pior na vida de um cidadão do que a sensação de insegurança. Eu vou falar aqui como um cidadão que sofre com isso. Moro na Baixada Fluminense, sempre estou na Capital e quero dizer que não me sinto seguro passando, por exemplo, por uma via importante do Estado do Rio de Janeiro que se chama Linha Vermelha, apelidada pelos cariocas e fluminenses de Faixa de Gaza.

Então, não tenho dúvida de que esta Comissão vai chamar a atenção e atrair o interesse de grande parte da população do País, principalmente, tenho certeza, da população do Estado do Rio de Janeiro.



Quero aqui propor também — estava ouvindo com atenção as propostas do Sr. Relator, Deputado Paulo Pimenta — que comecemos uma investigação por algum caminho gerador de violência, que é a questão do *crack*.

Quero aqui propor também — sei que na maioria dos Estados devem pôr a mão para o céu cada Deputado que não sofre com isso, mas, se nós deixarmos do jeito que está, isso vai se estender a todos os Estados desta Nação —, quero incluir também como proposta de investigação séria a questão da polícia e da milícia. No meu Estado isso é o câncer, isso é um fator de violência grave.

Eu quero dizer que, para preservarmos o bom policial, aquele que está disposto a trabalhar, nós temos de deixar muito bem definido o que o Estado não deseja para os seus quadros da polícia, enfim, que é a ponta do combate à violência. Então, deixo uma proposta também de incluirmos isso na pauta.

Quero dizer que não tenho dúvida de que a polícia precisa de salário, sim, a polícia precisa de um piso digno no País inteiro. Eu acho, posso até estar enganado, que a polícia do Rio de Janeiro tem um dos menores salários deste País e uma responsabilidade imensa. Policial que ganha mal — lógico que não vamos justificar a má conduta de policial por conta de mau salário — eu quero dizer que fica muito mais vulnerável.

Além de salário, devemos também travar uma outra discussão aqui. Não podemos ficar aqui, apesar de ser o principal, defendendo só salário. Também devemos defender o controle. Vou dar um exemplo rapidamente: a falta de controle gera isso aqui que aconteceu no meu Estado. Isso aqui é o seguinte: o segurança do filho do Governador, o policial que faz ou fazia a segurança do filho do Governador do Estado do Rio de Janeiro, foi preso — preso não de qualquer forma, mas em flagrante — como o responsável por uma chacina e por representar um grupo de milícias no meu Estado. Bom, se o Governador do Estado do Rio de Janeiro não consegue, se a polícia do Estado do Rio de Janeiro não consegue informação sobre o policial que dará segurança à família do Governador, imagina sobre aquele policial que vai garantir a segurança do cidadão comum.

Então, isso aqui é falta de controle. E vemos surgindo as milícias que querem na sociedade garantir o monopólio da distribuição do gás, da distribuição do serviço de TV a cabo ilegal, da exploração de serviço de transporte, *vans*. É um Estado



completamente paralelo e que só acontece sob o medo que as pessoas têm de enfrentar, infelizmente, o pior dos bandidos, que é o bandido polícia. Quem falou não fui eu, mas o Governador Sérgio Cabral. Está aqui escrito.

Então, Sr. Presidente, eu só queria que este tema não ficasse descartado, porque é um tema importante. E Deus queira que não se espalhe pelo País afora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - V.Exa., Deputado Rogerio Lisboa, como legítimo representante do povo do Estado do Rio de Janeiro, manifesta a sua indignação com muita veemência sobre este que é um dos temas latentes do Estado de V.Exa., mas que, como todos nós já sabemos, se espalha por diversos Estados da Federação e que, com certeza, será agregado aos objetivos desta CPI, para que, ao final, possamos tentar amenizar tal problema.

Com a palavra agora um dos mais experientes, conhecedor profundo deste tema, pela sua brilhante carreira à frente dos quadros da Polícia Federal e já também brilhante carreira como Parlamentar nesta Casa em tão pouco tempo que aqui está, Deputado Marcelo Itagiba.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Alexandre Silveira, Deputado Relator Paulo Pimenta, quero parabenizá-los pela constituição desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que, com certeza, dará importante contribuição à questão da segurança pública em nosso País, principalmente pela qualidade dos membros que a integram, todos muito experientes, ligados à área de segurança pública e outros ligados às questões sociais.

Gostaria de apenas fazer algumas considerações, Deputado Paulo Pimenta, no sentido de dizer que avanços já foram realizados. Talvez esses avanços não tenham sido replicados e talvez não se tenha dado continuidade a eles em função de disputas políticas que muitas vezes acontecem seja no âmbito municipal, seja no âmbito estadual, seja no âmbito federal e, em determinados momentos, por não haver uma conjunção de objetivos, se apartam e, ao se apartarem, causam falta de continuidade de determinados projetos.

O Estado do Rio de Janeiro precisa ser visitado, sim, para verem as inovações que foram feitas à época do Governo anterior, como, por exemplo, um



sistema que pode ser replicado para todo o Brasil, que são as delegacias legais. É uma realidade, não só porque são delegacias informatizadas e construídas para esse objetivo de serem delegacias, mas também porque tiraram de dentro das delegacias as carceragens. Ou seja, não há mais carceragem onde se constitui uma delegacia legal. Por exemplo, uma delegacia do Leblon tinha, em determinados momentos, de 250 a 300 presos. Na verdade, era uma minipenitenciária no seio do Leblon. Cidades como Caxias e Nova Iguaçu, também, por sua vez, tinham presos em quantidade. Algumas ainda têm, porque as delegacias legais ainda não foram construídas. Na gestão do Governo anterior, foram construídas 100 delegacias legais, das 150 e poucas que hoje existem no Estado do Rio de Janeiro. Foram construídas casas de custódia para justamente tirar de dentro das delegacias os presos que ali não devem ficar. Criou-se e manteve-se o conceito de que quem prende não custodia, que acho que deve ser implementado e desenvolvido.

Outra questão que observamos, e cabe aqui também uma sugestão, muito bem tocada pelo Relator, é a questão das drogas. Hoje, temos apenas o aspecto repressivo da atuação do Estado brasileiro. Mas não existe qualquer campanha de prevenção e qualquer trabalho de recuperação patrocinado efetivamente pela União. Quero dizer isso com muita tranquilidade, porque acho que o que temos de fazer é prevenir, recuperar, sem deixar de reprimir.

Ouçõ, ultimamente, um discurso de alguns que começam a falar da possibilidade da descriminalização do uso da droga. É uma questão que acho que deve ser discutida por esta Comissão, até porque sou daqueles que não acreditam que o Brasil inteiro, hoje, quando começa a coibir o fumo, o cigarro por fazer mal aos outros, deve começar a fazer uma discussão sobre liberação de drogas que só vai beneficiar os pequenos burgueses das grandes cidades, que não podem ver os seus filhos detidos pelas forças policiais e submetidos aos mesmos julgamentos da miséria e da pobreza.

Gostaria também que fosse vista a capacidade com que a polícia do Estado atuou, principalmente retirando de circulação, na nossa gestão, as 80 chamadas lideranças do tráfico, o que permite hoje que as ações pacificadoras sejam implementadas naquelas localidades.



É importante que tenhamos isso em conta, que todos aqueles que por lá passaram sempre procuraram fazer e exercer o melhor, sempre desejando que o próximo que venha faça ainda melhor do que fizemos. Mas para isso é preciso ter a humildade de reconhecer que aqueles que por lá antes passaram deram de si o melhor e construíram a base para que as coisas pudessem avançar.

No que diz respeito à força de segurança pública, sou daqueles que sempre defenderam a constituição de forças tarefas. À época do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Ministro da Justiça, Miguel Reale, baixou, inclusive, uma portaria criando justamente a possibilidade de integração que hoje, neste atual Governo, viraram os gabinetes de gestão integrada. E um dos primeiros a ser constituído foi na minha gestão na Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Acho que tem uma coisa importante que V.Exa., sendo Deputado do Sul, deveria também trazer para dentro desta discussão e que hoje faz parte de uma Comissão Especial desta Casa, que é a questão da Comissão Externa para apurar o crescimento da intolerância no País, ou seja, a questão dos grupos neonazistas hoje em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que querem criar uma discriminação racial contra negros, judeus e principalmente nordestinos, no que diz respeito a grupos que atuam no Estado de São Paulo. Acho que seria importante olharmos também para essa questão e para esse aspecto.

Sem dúvida, a questão primordial que há muito se discute, e até hoje não se conseguiu chegar a um consenso, é a questão das polícias em nosso País. Acho que nós podemos tocar nessa questão. Eu tenho uma PEC, que eu gostaria de encaminhar a V.Exa. e aos demais membros desta Comissão, que tenta mudar o sistema repressivo penal deste País, uma PEC que dá a cada um a sua atribuição, para que cada um possa efetivamente exercer o seu trabalho em defesa da sociedade e dessa forma todos juntos garantindo a integridade física do cidadão.

Nessa PEC eu transfiro para os Estados membros a possibilidade de legislarem sobre a Lei de Contravenções Penais, deixando para o Estado/União apenas a lei penal e a Lei de Contravenções ser, em função da peculiaridades de cada Estado, objeto de atuação e de legislação por parte de cada Estado. Também



dou atribuição específica à Guarda Municipal naquilo que nós chamamos dos atos antissociais, que são o primeiro degrau da criminalidade.

Portanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu acho que a questão fundamental é a questão salarial. Se a União tem condições de dar recursos para que a Polícia do Distrito Federal seja a polícia mais bem remunerada do País, ela tem que efetivamente fazer o mesmo com as demais Unidades da Federação. Se nós temos uma Polícia Civil, se nós temos uma Polícia Militar que tenham justa, correta e devida remuneração para que os policiais possam enfrentar as questões do dia a dia, colocando as suas vidas em risco em defesa da sociedade, mas sabendo que tem pão e leite na sua casa para que sua mulher e seus filhos possam se alimentar...

No que diz respeito, por fim, a essa questão da milícia, essa questão tem que ser verdadeiramente enfrentada, porque nós não podemos ter milícia oficiosa e milícia oficial, como hoje se instalou no Estado do Rio de Janeiro, onde o próprio Estado diz que colocou para tomar conta de uma determinada comunidade um policial do BOPE, que a partir dali começa a gerenciar todos os ramos de atividade, mesmo que sob uma capa de legalidade, em acordos feitos com distribuidores de sinal de cabo e com acordos feitos com distribuidores de gás.

O que nós precisamos ter é a liberdade das comunidades poderem viver em paz. E a primeira que começou a viver em paz foi a partir do momento da constituição do Batalhão de Operações Especiais no alto ali da comunidade do Pereirão. E toda aquela comunidade, então, passou a sentir a presença do Estado com a Polícia Militar fazendo a sua atuação. Os milicianos têm que ser tirados de circulação. Os policiais que vão para esse lado têm que ser criminalizados, mas nós não podemos jamais esquecer aqueles que durante muito tempo não permitiram que os policiais vivessem em paz em suas comunidades, impedindo que até mesmo pudessem sair fardados de sua casa porque eram a todo momento escorraçados, mortos e agredidos pelos membros do tráfico de entorpecentes.

Então, na verdade, quando se analisa sociologicamente o nascimento de uma milícia, ela na verdade foi o contraponto da opressão praticada pelo tráfico. Nós não podemos permitir nem que uma nem que outra prevaleça, e que prevaleça sim, sempre, o Estado de Direito e o Estado à frente dessas situações.



Por isso, nesta oportunidade e neste momento, quero parabenizar o Presidente desta Comissão e a V.Exa. e a todos os membros que a integram, porque acredito que é um trabalho importante a ser feito. Eu tenho certeza de que com a qualidade dos membros que integram esta CPI esse trabalho será realizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - A Presidência da CPI agradece as palavras ao Deputado Marcelo Itagiba e acredita efetivamente na grande contribuição que o mesmo dará aos resultados finais desta CPI.

Com a palavra o combativo colega e amigo Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, Deputado Alexandre, nobre Relator, Deputado Paulo Pimenta, primeiro parabenizo a iniciativa do Deputado Alexandre Silveira, parabenizo a Mesa. São 2 Deputados experientes. O Deputado Presidente é do sistema de segurança, tem um papel relevante neste tema, e o Deputado Paulo Pimenta, pelas intervenções que tenho acompanhado da tribuna da Câmara, e aqui hoje mesmo, revela que nós temos uma Mesa da CPI bastante competente.

Concordo integralmente com o método apresentado pelo Relator, principalmente de se aproveitar aquilo que a Câmara já produziu, de tal forma que não comecemos a repetir resultados que já estão consolidados.

Chamo a atenção para o fato de que é preciso que avancemos o máximo que pudermos este ano, porque para o ano, por ser um ano eleitoral, naturalmente, as coisas estancam.

Eu quero sugerir ao Relator alguns temas, e aí V.Exa. é que vai saber a pertinência e onde eles serão aproveitados. O primeiro é sobre a corrupção, o tráfico de influência e a interferência política no sistema de segurança. Na CPI do sistema carcerário nós não tivemos condições de aprofundar essa questão da corrupção, que eu acho um elemento grave, que impacta o sistema de segurança e a segurança pública. Então é importante que destaquemos, não sei, numa Subcomissão, mas essa questão da corrupção, tráfico de influência, interferência política em todo o aparelho de segurança, eu acho importante darmos atenção a isso, já que a corrupção infelizmente é uma praga ou, como dizem aqueles que falam de forma mais agressiva, um câncer que permeia a sociedade brasileira como um todo, principalmente as instituições públicas.



Outro tema que eu acho relevante, Sr. Relator, é a questão do papel do Ministério Público e do Poder Judiciário na impunidade e o reflexo que isso cria na violência. Nós temos de aprofundar a questão do Poder Judiciário no Brasil. Eu considero que o Poder Judiciário, pela importância que tem, pela capilaridade, é um Poder hoje que tem uma contribuição negativa em muitos aspectos da vida brasileira. Nós temos que tocar nisso, temos que democratizar o Poder Judiciário, temos que fazer com que os juizes, desembargadores e outras autoridades do Poder Judiciário se sintam servidores públicos, e não donos da sociedade brasileira. E sabemos como é que funcionam os *habeas corpus*, como é que funcionam as sentenças para os mais pobres. Pelos estudos recentes sobre a questão do tráfico, só quem está preso é gente pobre. Ninguém encontra traficante nem médio e muito menos grande atrás das grades.

Portanto, acho muito importante fazer um debate sobre o Poder Judiciário, a responsabilidade do Poder Judiciário, do Ministério Público nesse processo da violência urbana. E também importante discutir a estrutura do Poder Judiciário, que ainda é deficitária. A maior parte das comarcas do Brasil não têm juiz. São termos que estão agregados a comarcas distantes. Portanto, para colocar esse discurso de que o acesso à Justiça e a uma Justiça de qualidade também é indicador de qualidade de vida, nós temos que introduzir isso na nossa fala.

Uma outra sugestão. Eu acho que falaram aqui das milícias, o companheiro aqui do Rio de Janeiro, não só as milícias e a polícia, mas as milícias e o Poder Público. No caso do Rio de Janeiro, havia um Deputado envolvido nas milícias, Vereadores. E, se tivermos tempo, é o crime organizado e a sua influência, a sua interferência no aparelho de Estado. Portanto, eu acho que esse tema das milícias, do crime organizado e a conivência, a complacência do Poder Público com a sua existência eu acho importante.

Finalizando, um outro tema que eu acho relevante é a questão da violência no trânsito na questão da violência urbana. Nós acompanhamos todo o esforço do Governo Federal, a questão do álcool, e subimos do retrocesso. Mas eu acho importante que a CPI retome essa discussão sobre a violência no trânsito como item importante na violência dos grandes centros urbanos.



Por penúltimo, eu acho que valeria a pena fazer um debate sobre a urbanização. O Brasil hoje inverteu, mais de 80% da população está nas chamadas áreas urbanas, e o impacto da carência de políticas públicas está na violência. Vale a pena fazer um debate sobre esse tema.

Por último, Sr. Presidente, quero sugerir que pudéssemos fazer aqui um debate, uma mesa de discussão sobre os impactos financeiros e econômicos da violência. Porque eu acho que não nos damos conta, às vezes por uma briga de rua, uma briga no futebol, do custo a que isso leva. Às vezes, numa brincadeira, numa discussão numa mesa de bar, a pessoa pega uma garrafa e quebra na cabeça do outro. Ninguém se dá conta do quanto a sociedade brasileira paga por conta de uma violência banal, com o aparelho de polícia, com o aparelho judiciário para custear um processo, com a saúde pública para atender, com a empresa privada, que fica desfalcada daquela pessoa que ficou ferida, ou que fica desfalcada daquele que foi preso. A família que perde. E acho que falta focalizarmos isso. Inclusive, como medida, as Prefeituras deveriam fazer uma política educativa. Porque o conjunto da sociedade não se dá conta de que qualquer tipo de violência, por mais banal que ela seja, tem um custo alto no Orçamento público. E é falta desse debate. Portanto, eu acho que valeria a pena fazer um debate com especialistas, com o IPEA, com o IBGE sobre quanto o Brasil gasta com a violência urbana hoje no País.

Eram essas as sugestões que eu queria apresentar ao Relator. V.Exa. fique à vontade para saber onde isso pode ser aproveitado nesta CPI, que considero importante.

Sei que nós vamos ter aqui uma disputa. Porque criou-se uma imagem no Brasil de que CPI boa é aquela que algema, é aquela que prende, que faz o espetáculo. E quando não chegamos a isso, cria-se a ideia de que CPI é um fracasso. Quando, na verdade, todas as CPIs são extremamente importantes para o País. Só o fato de colocar o debate na agenda nacional já é um ganho inestimável para o País.

Portanto, nós temos de priorizar esta CPI que acho fundamental para toda a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Nós agradecemos a V.Exa., Deputado Domingos Dutra. Já o conhecemos bem. Sabemos que quando



V.Exa. abraça uma causa e uma bandeira o faz com muito afinco, determinação e responsabilidade. Por isso, deixamos o nosso clamor para que V.Exa. participe também com a mesma firmeza e com o mesmo propósito que teve na CPI do Sistema Carcerário, que vai gerar, que já está gerando frutos muito claros para toda a sociedade brasileira. E nós já tivemos notícia disso em vários Estados da Federação onde a polícia judiciária deixou de cuidar dos detentos e o sistema prisional os assumiu, dando muito mais dignidade àqueles que estão cerceados de sua liberdade. Que V.Exa. continue com o propósito de contribuir com a CPI da Violência Urbana.

O Deputado Francisco Tenório não está presente.

Com a palavra o Deputado Luiz Alberto, do PT da Bahia.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, Sr. Relator, inicialmente quero parabenizar V.Exas. por estarem presidindo esta CPI. Uma CPI que, espero, possa contribuir com o esforço hoje no País que o Governo Federal tem feito. E foi bem lembrado pelo Relator a realização da I Conferência Nacional de Segurança Pública. Um esforço do Governo Federal para dialogar com a sociedade, para que ela também possa, além de debater, propor alternativas de um modelo de segurança pública falido, como foi aqui bem lembrado, que não cumpre mais as necessidades que a sociedade requer.

O PRONASCI — Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, pela experiência muito recente, não tem como ser avaliado na sua extensão e nos resultados que poderão gerar para construir um modelo de segurança pública atual, moderno.

Colocou-se aí a questão das experiências de outras CPIs, como é o caso da CPI do Sistema Carcerário, da qual o Deputado Domingos Dutra foi um participante atuante. Mas também quero lembrar, Sr. Relator, que nesta Casa se constituiu uma CPI que investigou os grupos de extermínio no Nordeste. E tenho certeza de que ali temos várias contribuições a serem recolhidas para esse trabalho. E o correlato das milícias do Rio de Janeiro parece-me que são os grupos de extermínio do Nordeste, com a participação de policiais, de autoridades públicas, de narcotraficantes, enfim.

Portanto, esta CPI poderá, com as suas conclusões, colaborar muito com esse trabalho sobre a violência urbana.



Queria também destacar, como foi já destacado aqui, o papel do Ministério Público, das Defensorias Públicas, do Judiciário. Aliás, outro aspecto levantado e que está muito vinculado a isso é a corrupção no sistema de segurança pública. Recentemente, o Governo da Bahia, num trabalho de inteligência bastante atuante, prendeu uma rede de oficiais da Polícia Militar que envolvia inclusive o último comandante da Polícia Militar do Estado. Então, foram 3 coronéis envolvidos num processo de corrupção que a ação da inteligência da segurança pública, na Bahia, identificou e hoje estão respondendo no Judiciário.

Foi aqui colocada, Sr. Presidente, a questão da intolerância. O Deputado Marcelo Itagiba levantou a questão dos grupos neonazistas, principalmente no sul e no sudeste do Brasil. Mas eu queria também, além dessa questão de tolerância, levantar um fenômeno que se espalha pelo Brasil e tem gerado uma série de atos de violência pelas cidades brasileiras: a intolerância religiosa.

Sabemos que os grupos neopentecostais usam de uma violência muito grande contra outras religiões, em particular as de matriz africana. No caso, o Sul do País, com uma presença muito grande de religiões chamadas umbandistas, e o Norte e o Nordeste, com os candomblés. Isso tem levado a uma série de atos de violência praticados não só diretamente nos templos, mas também pelos meios de comunicação, pelos programas que têm feito um trabalho muito grande e insistente da prática da intolerância religiosa.

A questão salarial também foi abordada pelo Deputado Marcelo Itagiba. Aqui tramita uma PEC, a chamada PEC nº 300, que propõe a equiparação salarial de policiais — parece-me que essa PEC trata exclusivamente dos policiais militares.

Seria interessante que esta CPI também fizesse uma correlação entre o impacto da remuneração do policial e a efetiva ação do policial no combate à criminalidade. Porque se é verdade que, se for avaliar, Brasília, por ter um policial, tanto civil quanto militar, com uma remuneração totalmente distinta do resto do País, tem que discutir também que impacto é esse e se o salário — no que pese eu considerar que é importante que haja um tratamento igualitário entre todo o sistema dos policiais, tanto civis quanto militares — tem realmente um impacto. É claro que outras questões, como a qualidade de vida, o IDH nessas cidades, como é o caso de Brasília, tem muita influência nessa questão.



Gostaria também de salientar a fala do Relator com relação à questão do *crack*. O *crack* se transformou hoje numa epidemia no País inteiro. E alcança comunidades que imaginávamos não pudesse chegar, as comunidades rurais distantes dos grandes centros. Está chegando a comunidades pobres no interior do País, e é uma droga que classifico como droga dos pobres, de jovens pobres. É de uma letalidade impressionante. É preciso que esta CPI investigue essa questão com profundidade.

Por isso queria propor ao Relator — não sei se caberia na Comissão, ou Subcomissão ou Sub-Relatoria — que houvesse um espaço específico para discutir e aprofundar a investigação em relação à questão da juventude e o processo da violência que se abate sobre ela. Principalmente, os dados estão aí colocados, os indicadores têm demonstrado, os estudos de pesquisas, que os jovens entre 17 e 24 anos são as principais vítimas, sobretudo os jovens pobres e negros, na sua imensa maioria. Portanto, quero propor ao Relator essa questão.

Por fim, atitudes polêmicas, resultado desse quadro de violência no País. Nós estamos assistindo ao narcotráfico promover o toque de recolher nas comunidades. Eu, por exemplo, tenho uma funcionária que teve de negociar com o narcotraficante a hora em que ela chega a casa. Ela só pode chegar até às 20 horas. Depois disso, tem de procurar um lugar para dormir, porque não pode mais entrar na sua comunidade. Se ela tiver, por algum motivo, necessidade de ficar mais tempo fora, tem que negociar. Isso promovido pelo narcotraficante! Mas também estamos vendo toque de recolher promovido pelo Judiciário. Há juízes, em algumas áreas do País, promovendo toque de recolher. Na Bahia, há casos e em outros Estados onde o Judiciário, o juiz, determina que os jovens, até 22 horas, não poderão mais transitar na rua. Até determinada hora, ele estabelece. E um caso inusitado, diria até muito curioso, um delegado na Ilha de Itaparica, que é muito bonita, na Bahia, uma área turística, determinou que se uma pousada, um hotel receber uma quantidade X de turista, será obrigado a comunicar ao delegado. Se não comunicar, o delegado vai lá e fecha a pousada. Quer dizer, uma atitude absolutamente inusitada, ilegal, resultado exatamente desse sentimento real até de insegurança da população, da sociedade.



Gostaria, então, de deixar essas contribuições e insistir com o nobre Relator sobre um tratamento específico, especial, aprofundado da questão da juventude vinculada à questão do *crack* e também da letalidade delas diante da violência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Agradecemos ao Deputado Luiz Alberto, do PT da Bahia, pelas palavras.

Com a palavra a Deputada Iriny Lopes.

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - Sr. Presidente, Relator e demais colegas da CPI, o primeiro desafio desta CPI vai ser encontrarmos efetivamente foco para trabalhar. O tema da violência urbana é extremamente difuso, com diversas ramificações. Eu aqui, ouvindo os colegas que me antecederam, pensava uma série de coisas. Eles foram citando questões que o Relator não havia citado, até porque S.Exa. pensou no foco e fez uma proposta, e tantas outras. Se vamos discutir roubo de veículos, por que não discutir roubo de cargas? Se vamos discutir a questão do *crack*, por que não discutir a questão da cocaína, que é tão devastadora na nossa sociedade quanto o *crack*? A diferença está na repercussão física que o *crack* provoca no usuário.

Para que não nos percamos e não queiramos fazer desta uma CPI que vai tentar abordar tudo, e ao abordar tudo não consegue responder concretamente, queria começar concordando com a proposta feita pelo nosso companheiro Paulo, Relator.

Estou de acordo com o que disse o Deputado Carlinhos Sampaio. Para que possamos ter um debate, para que possamos situar os pontos previstos, como vamos proceder para chegar aos objetivos que queremos? Em que pontos determinadas questões que aqui foram levantadas podem ser trabalhadas a partir dos temas propostos? Senão vamos abrir uma série de itens e corremos o risco de não fechá-los. É claro que uma CPI, se estiver efetivamente produzindo, pode ser prorrogada. Podemos votar relatórios parciais, mas a preocupação de que, no ano que vem, tenha algum nível de esvaziamento é real. Então, não vamos querer participar de uma CPI que não tenha uma conclusão consistente para oferecer ao País.



A minha fala é curta. Quero colocar essa preocupação. Acho que devemos, a partir das notas taquigráficas, observar cuidadosamente todas as inclusões de temas que foram colocados para vermos como elas podem estar contidas aqui e ter um desdobramento no que já foi proposto. Eu quero agregar mais uma dessas que vão ser analisadas para ver, dentro desse prisma, como podemos trabalhar.

Estou muito preocupada com homicídios. E não há como trabalhar a questão de homicídios sem também procurar um foco para a questão dos homicídios. Eu acho que a nossa CPI precisa enfrentar os dados que foram apresentados aqui pela pesquisa da UNESCO, que dá conta, que confirma o que nós vimos falando há muitos anos, que o Deputado Luiz Alberto acabou de reafirmar, que é o extermínio. E agora não é mais nem da juventude. Os últimos dados tratam de criança, adolescente e juventude, porque pegam os índices de homicídio na adolescência de 12 a 18 e depois a 24, que é o que chamamos de juventude. Então, os números da última pesquisa são alarmantes. Se fizermos comparações com as anteriores, vamos identificar, sem sombra de dúvida, o extermínio já de mais de uma geração, porque aí, de fato, tem perfil identificado: é masculino, pobre e majoritariamente negro — não exclusivamente, mas majoritariamente negro. E começamos a ver, nas últimas pesquisas, um crescimento do número de meninas vítimas de homicídio. Não sei onde vamos trabalhar esse tema aqui. Mas esse é um tema importante. Não quero ser incoerente com a questão que coloquei anteriormente, mas acho que, ao analisá-la, teremos de ver se vamos priorizar a pessoa nas investigações ou se vamos priorizar patrimônio.

Sobre a questão dos operadores de segurança, é líquido e certo que temos de ter um debate e algum nível de proposição que envolva não só a legislação federal, mas que traga para dentro desse debate os Governos Estaduais. Nós não podemos ditar uma regra pelo caráter federativo do País, mas podemos chamar para o diálogo e um nível de compatibilização mínima, a partir da arrecadação, do orçamento, do contingente, uma série de coisas, estabelecer isso minimamente. Os Governos Estaduais, de maneira genérica, não vou dizer generalizada...

A questão da segurança pública é algo caro. Aqui há operadores do sistema de justiça e de segurança. Eu não sou. Eu sou militante de direitos humanos e trabalho na área de segurança. Eu trabalho a partir da minha militância em direitos



humanos. Mas sabe-se o quanto é caro implementar políticas de segurança pública. Então, se só sair, ao final, recomendações, tudo vai para as calendas e as coisas permanecem como estão. Acho que temos, sim, de analisar todas as experiências. Acho que a Conferência Nacional de Segurança Pública, que se iniciará na próxima quinta-feira, será um palco importante para a compreensão a partir de quem opera e a partir da sociedade e dos entes federados que estarão nela representados. Acho que nós teremos subsídios importantes.

Essa a minha intervenção inicial, Presidente, preocupada que estou em que não percamos o foco ao querermos abraçar tudo e não respondamos efetivamente às questões mais centrais desse problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - V.Exa., Deputada Iriny, compactua com a direção desta CPI com essa preocupação. Por isso definimos hoje, com o Relator, uma rigidez, dentro da real possibilidade mais inflexível possível, com relação à sistematização dos trabalhos. É claro que é um tema muito amplo. É exatamente por ser amplo que acho que vamos ter a possibilidade de efetivamente propor soluções palpáveis ao final da CPI.

Com a palavra o Deputado William Woo e depois a Deputada Vanessa Grazziotin.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Presidente Alexandre Silveira, Deputado Paulo Pimenta, membros desta CPI, Deputado Paulo Pimenta, quero fazer uma sugestão referente ao trabalho. Nós temos visto nessas CPIs que toda CPI termina com alguns projetos de lei e algumas recomendações e, infelizmente, poucos avanços.

Eu acho que o único avanço que tivemos na área de segurança pública, nesta Legislatura, foi o grupo de trabalho instalado, após a morte do menino João Hélio, no Rio de Janeiro. Fizemos 5 projetos do código processual penal que viraram lei.

Se discutirmos violência, todo mundo vai ter um assunto interessante para trazer, mas nós sabemos que, nesta Casa, há diversos projetos meritórios. Poderíamos selecionar 5 ou 6 temas, estipular um prazo para requerimento de convite aos expositores. Naquele mês vão tratar sobre drogas, por exemplo. Naquele momento, designar um Relator para fazer um projeto de lei em consenso, e durante a CPI apresentá-lo, para termos resultados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Porque talvez consigamos, no ano que vem, votar esses projetos.

A outra questão que eu queria trazer também à discussão — como se fala de violência urbana, eu acho que todos aqui conhecem muito da área de segurança, muitos têm vários projetos de lei, atuam na Comissão, têm experiência por ter participado de outra CPI — é fazer, um dia, fórum para discutir o crescimento da violência urbana por motivo fútil, por motivo gratuito, como, por exemplo, num jogo de futebol. São pessoas de bem. Quando são presas, vemos que eram trabalhadores, que se arrependeram de uma morte...

Ontem, vimos uma cena, nos jornais de televisão, de uma pessoa, por causa de uma batida, subir no capô do carro e ser arrastada, o que poderia causar morte. Com certeza eram duas pessoas de bem. O que leva uma mãe a jogar um filho pela janela? O que leva, de certa forma, filhos e garotos com formação de classe média, por serem lutador de jiu-jítsu, a matarem uma pessoa e depois se arrependem? O que leva a essa violência gratuita, hoje, nas grandes sociedades?

Gostaria muito que colocasse também em discussão a ideia de fazermos grupos de assuntos: droga é muito importante; sistema carcerário, acho que já teve a CPI, por mais que tragamos, a importância do tema já teve o momento; homicídio e latrocínio é o que mais assusta a sociedade; corrupção policial, todos sabemos que é uma coisa; o item salarial, pelo menos o piso no Brasil é necessário; e a questão da violência urbana, criada pela tensão de viver nos grandes centros urbanos.

Quero parabenizar o Sívio e sua equipe. É um prazer trabalhar com eles.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Nós é que agradecemos as palavras ao Deputado William Woo.

Com a palavra a Deputada Vanessa Grazziotin. Depois, o Deputado Simão Sessim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar V.Exa. e dizer que serei extremamente rápida na minha intervenção,



mesmo porque os que ficam por último, apesar da amplitude do tema, têm pouca coisa para falar.

Com relação às propostas aqui apresentadas pelo Relator, creio que os itens por S.Exa. elencados são importantes e poderiam ser complementados. Ideias e sugestões para isso, Deputado Paulo Pimenta, não faltam, como, por exemplo, a questão de milícias, que é algo grave, que não existe nem se manifesta só no Estado ou na cidade do Rio de Janeiro, mas em todas as grandes cidades do País. E aí envolve a questão da impunidade, uma série de questões.

Eu peguei, nobre Deputado Alexandre Silveira, a propositura de V.Exa. para formar a CPI. V.Exa. levanta vários assuntos. Eu vou ler apenas alguns: desemprego na população jovem; tráfico de drogas; facilidade de acesso às armas; falta de condições mínimas para atuação policial; falência do sistema penitenciário. Poderíamos incluir um novo rol. A violência doméstica é algo sobre o qual ninguém falou ainda. Mas a violência doméstica é algo que cresce sobretudo nas grandes cidades e não é uma violência menor. É uma violência que leva à morte inúmeras mulheres de nosso País. Enfim, o que eu quero sugerir, Deputado Paulo Pimenta, é isso. Vamos ter os temas sendo levantados. Eu quero sugerir a partir de uma análise que faço da importância de uma CPI. Eu levanto apenas e recapitulo o que foi aqui colocado. Parece que o País só presta atenção numa CPI quando ela levanta um tema muito importante ou quando começa a prender, quando começa a algemar, quando começa a criar fatos. Há tempo que não participo de nenhuma CPI, mas já participei de muitas CPIs. Considero que todas de que participei nesta Casa tiveram um resultado extremamente positivo, porque o melhor resultado é aquele concreto. A melhor CPI é aquela que deixa um resultado concreto. Um exemplo: participei de uma CPI que trabalhou a questão da grilagem na Amazônia. Só no meu Estado, conseguimos com que fosse cancelado o registro de mais de 50 milhões de hectares de terra, Deputado Paulo e Deputado Alexandre. É importante. A CPI da Pirataria, que também era focada para a questão da violência, nunca se teve tanto, no País, ações antipirataria como na época em que ela funcionava. E ações antipirataria... A diminuição da pirataria é a diminuição do crime, é o aumento do nível de empregos, da legalidade, enfim. Então, foram CPIs de medicamentos. Nós conseguimos reverter uma política inteira a partir de uma CPI de medicamentos. Uma política que



iria ser adotada no Governo passado para privatizar os laboratórios públicos que, com a CPI, mudou de opinião e passou a fortalecer os laboratórios públicos já existentes. E hoje estão aí a FURP, Farmanguinhos e tantos outros. Então, eu acho que é um pouco isso.

Nós não vamos aqui substituir o papel de polícia, o papel das entidades do foro que trabalham no levantamento das causas da violência. Eu acho que o que nos cabe aqui é trabalhar alguns casos simbólicos, analisar quais têm sido os resultados das mudanças operadas nesses últimos tempos e apresentar não só sugestões, Deputada Iriny. Eu acho que a construção de um arcabouço legal é muito importante. Às vezes, damos pouca importância, mas uma lei, por exemplo, antifumo traz uma contribuição para a saúde pública que muitas vezes nós mesmos não temos a dimensão. Uma lei simples que obriga definitivamente o uso de, por exemplo, cinto de segurança no trânsito. Olhem quantas vidas foram salvas a partir daí. Então, eu acho que são essas coisas. Mas quero sugerir, nobre Deputado...

Tenho alguns requerimentos que eu dei entrada, claro que acabamos olhando muito para o nosso quintal. Eu venho de Manaus, e Manaus é a oitava cidade brasileira, é a cidade mais violenta da Região Norte. Não chega ao ponto da Capital do Espírito Santo, mas entre a Região Norte, não é só a maior cidade, mas é também a cidade mais violenta. E é isso que traz os grandes centros urbanos: o crescimento de violência. Então, eu acho que nós precisamos interagir com a sociedade.

A sugestão que eu faço, nobre Deputado — vai ser difícil a CPI andar em todo canto —, é sobre as 5 regiões do País. Nós temos o Sul, o Sudeste, o Nordeste, o Centro-Oeste e o Norte. Vamos pegar a cidade mais violenta de cada uma dessas regiões e fazer uma primeira girada, uma primeira rodada. Vamos discutir com os secretários de segurança, vamos ver quais são os aparatos de segurança que dispõem essas cidades, vamos discutir com as sociedades, com os conselhos tutelares, com os conselhos de mulheres, com a Igreja Católica, com a Igreja Evangélica, vamos interagir com a sociedade, vamos ouvir a sociedade. O que ela espera, Deputado Paulo, de uma CPI como a nossa, que trata de violência urbana? Pode mencionar tudo aqui, absolutamente tudo.



No mais, desejo a todos nós um profícuo trabalho. Acho, Deputado Paulo e Deputado Alexandre, que temos muito pouco tempo ainda.

Seria interessante que, na próxima reunião, trabalhássemos um calendário. Penso que não dá para trabalhar só aqui. Ir pelo menos a uma cidade de cada região, num primeiro momento, seria de fundamental importância.

É isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Nós agradecemos as palavras à Deputada Vanessa Grazziotin e ressaltamos que a senhora captou com muita lucidez o sentimento que nos moveu ao propor esta CPI. O sentimento foi unicamente calcado na percepção de que é o maior problema que nós temos hoje no País. Por quê? Porque temos um problema sério na saúde, mas não é um problema de modelo — temos um modelo de sucesso, que é o Sistema Único de Saúde —, é um problema de financiamento. Agora, segurança pública não. Segurança pública é muito mais grave, porque não temos um modelo, o modelo está completamente arcaico, falido.

O ano passado — registro aqui um sentimento de constrangimento que passei como membro e agora presidindo a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado desta Casa —, pude ver uma briga, uma disputa, que até certo ponto seria legítima, entre duas instituições da segurança pública, que tem por mister prestar serviços aos cidadãos brasileiros, que é a Polícia Judiciária e a Polícia Militar, polícia ostensiva, digladiando-se por questões exclusivamente corporativas na Comissão de Segurança. E a Comissão dividida por falta de um modelo de segurança, por falta da proposição no arcabouço jurídico-penal deste País.

Foi isso que nos moveu propor esta CPI. Esperamos não nos pautar, como disse muito bem o Relator, em fatos exclusivamente específicos somente quando a mídia chama a atenção, como foi no caso João Hélio, mas muito mais do que isso: chegar ao final desta CPI, podendo dar nossa mínima contribuição à sociedade brasileira, dando um alento nessa questão da violência urbana.

Com a palavra o Deputado Simão Sessim.



O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, meu caro Relator, acho que nesta reunião tivemos sucesso, bastante sucesso, porque é difícil começar uma CPI que tem um tema tão abrangente, como violência urbana, em que recolhesse depoimento de cada um membro desta Comissão e verificar que nessa abrangência temos, como bem disse a Deputada Iriny, a Deputada Vanessa e tantos outros, o que queremos, o que pretendemos nesta Comissão.

Se pretendemos apenas finalizar um relatório com uma legislação, já temos tantos projetos apresentados na Casa e é questão de recolhê-los, discuti-los e votá-los. Se queremos discutir as causas da violência, como bem disse a Deputada Vanessa Grazziotin, temos que nos aprofundar bastante. Quais seriam os temas a discutir? Seria o caso do financiamento, seria o caso social, seria o efetivo policial, seriam os salários, seria a corrupção. Enfim, tudo que passa dentro do tema. Mas eu, depois de ouvir tanta...

Eu tinha imaginado falar sobre a minha preocupação com um relatório que tivesse sucesso ao final, mas parece que agora, exatamente na hora em que me foi concedida a palavra, falou o Presidente. E agora fico tranquilo, porque entendi a preocupação de S.Exa. quando se empenhou para esta CPI. S.Exa. se inspirou exatamente no que eu acho que temos de cuidar: o modelo para esta CPI. E aí o nosso Relator vai se preocupar, tenho certeza — conheço bem o Deputado Paulo Pimenta, inteligente, competente, já teve participação, trajetória enorme em CPIs que estão, de alguma forma, na periferia deste tema ou inseridos neste tema —, vai trazer uma maneira de chegar a esse modelo que o Presidente tanto fala.

Mas queria, Sr. Presidente, sem muito a propor como tema novo, porque aqui se falou em tantos temas, em *crack*, em milícia, lembrar ao nobre Relator que milícia, no Rio de Janeiro, houve uma apuração muito bem-feita pelo Deputado Marcelo Freixo, que foi uma CPI na Assembleia Legislativa que eu acho que V.Exa. poderia buscar e vai ter ali um retrato fiel, um retrato corajoso do que é a milícia no Rio, como ela surgiu, a participação política nessa milícia, enfim, eu acho que ali nós já teríamos uma grande avanço com relação ao estudo da milícia, que é hoje um grande problema no Rio de Janeiro.

Também, Sr. Presidente, me preocupa muito que nós estejamos discutindo um tema sem... V.Exa. já definiu, seria um modelo. Mas é preciso saber quais os



modelos que já foram aplicados em alguns lugares, quem sabe até internacionalmente, e trazê-los para nós discutirmos, fazer um estudo comparado com polícias de outros países.

Enfim, o Relator sabe onde buscar tanta coisa boa que já existe no combate. Talvez as soluções não tenham sido eficazes porque, no Brasil, a gente sofre de um grande mal, que é o problema orçamentário. Quer dizer, na hora em que precisa aplicar um efetivo maior na polícia, não tem. Eu dou o exemplo da minha região: a Baixada Fluminense tem 4 milhões de habitantes e o efetivo não chega a 3 mil policiais. Então, como combater a violência urbana com um efetivo praticamente nenhum?

O Governador está-se empenhando, está buscando aumentar esse efetivo; quando aumenta o efetivo, tem que também se preocupar com a parte de corrupção, e começa a ter que fazer uma seleção. O Deputado Rogerio Lisboa citou até um caso aqui em que a fiscalização se deu errada no caso do segurança do filho dele que participou de uma chacina e foi preso lá. Mas o Governador já explicou, o problema já está resolvido.

Também me preocupa muito, Sr. Presidente, que nós tenhamos aqui embates, debates com preocupação partidária ou preocupação de quem é melhor, se foi o Governo anterior, o Governo passado. Isso eu ouvi do Deputado a quem respeito muito, o Deputado Marcelo Itagiba, mas não é hora de a gente se preocupar com o que foi bom, é preciso sugerir temas.

O Marcelo Itagiba teve um sucesso muito grande quando Secretário de Segurança do Estado do Rio, mas agora a preocupação também existe por parte do Governo Sérgio Cabral. Ele tem-se empenhado, e muito mais com a participação do Governo Federal.

Eu diria a V.Exa., Deputado Alexandre Silveira, e ao nobre Relator, Paulo Pimenta: uma das melhores experiências está sendo feita no Rio de Janeiro, onde o PAC, recursos federais estão sendo utilizados dentro das favelas, urbanizando, dando condições, cidadania, dignidade às pessoas que lá vivem. Ao mesmo tempo, paralelamente, a polícia se implantando lá e tirando os marginais para que aquela comunidade tenha não só melhores condições, qualidade de vida, mas também a



proteção, a segurança. E os policiais passaram a conviver com os moradores, fazendo com que os marginais se afastem de lá.

Ora, se a gente consegue isso em foco de violência permanente, onde o tráfico era o grande patrocinador dos eventos sociais... O tráfico se valia dos recursos que tinha e praticamente induzia aquelas pessoas a serem coniventes com o clima que eles estabeleceram lá. Hoje, não; hoje está invertendo, hoje é a polícia que comanda a situação e os moradores não precisam estar pedindo melhores condições pra isso ou pra aquilo.

Então, Sr. Presidente, eu acho que a gente, nesta primeira reunião, avançou bem. O Relator já tem uma noção muito boa do que vamos apurar. O problema é delimitar, como bem disseram os nossos colegas que nos antecederam, dentro do prazo que temos, os temas que vamos abordar.

Lembro-me muito bem — o Deputado Alexandre Silveira participou —, o Deputado Marcelo Itagiba presidia a CPI dos Grampos e o Deputado Nelson Pellegrino era o Relator, quando definimos na primeira reunião o que faríamos. Era problema de grampo. Então, vamos fazer um tripé: escutas ilegais, escutas legais e os equipamentos. Da mesma forma, temos de ter os temas definidos. Se por acaso surgirem temas novos ou a mídia nos levar a apurar coisa melhor, faremos isso na prorrogação da CPI.

Quero parabenizar por todos os depoimentos, que foram muito importantes. E também, Presidente, acho que V.Exa., nas intervenções, deu uma grande colaboração para que nós tivéssemos noção do que faríamos e do que pretendemos fazer, colaborando com esta CPI. Acho que o nosso relatório vai chegar ao que se pretende, que é o modelo pretendido por V.Exa.

E, mais uma vez, dizer ao Relator que o Rio de Janeiro realmente tem sido, na mídia, talvez o Estado que mais coloca esse problema, esse tema em evidência. Se precisar, buscaremos no Estado do Rio, com o Governador. Também acho que o Ministério da Justiça está buscando esse modelo através do PRONASCI. Temos aí exemplos brilhantes do ponto de vista da colaboração do Governo no combate à violência no Rio de Janeiro. Então, se depender, traríamos do Governo do Estado alguma coisa que interessasse a sua relatoria.

Era isso, Sr. Presidente.



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Nós é que agradecemos V.Exa., Deputado Simão Sessim, experiente Parlamentar desta Casa, que sempre contribui nas Comissões que integra e também nas Comissões Permanentes com o seu equilíbrio, com a sua ponderação, buscando sempre harmonizar e dar resultados concretos para esta Casa Legislativa.

Com a palavra o Deputado José Maia Filho, do Democratas do Piauí.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MAIA FILHO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Simão Sessim, ouvi os Deputados Rogerio Lisboa, Marcelo Itagiba e Simão Sessim falando muito da violência do Rio de Janeiro. Aqui, no Brasil, onde mais escutamos notícias de violência é exatamente no Rio.

Agora, devo dizer que a violência hoje no Brasil, que é um país que tem um dos maiores índices de violência urbana do mundo pela nossa questão cultural, pela desigualdade econômica e social, que é muito grande... Quando falo na questão cultural, assistimos a filmes e novelas e a nossa juventude, de certa forma, é criada com essa violência. Mas não é apenas um sintoma do Rio de Janeiro, nem apenas das grandes cidades.

Eu moro na cidade de Teresina. Apesar de ser Capital, é uma cidade de porte médio a pequeno. Tive de me mudar da minha residência para um apartamento porque, em 1 semana, a minha residência havia sido assaltada 2 vezes.

Hoje mesmo assisti a um programa, não sei se era o *Bom Dia Brasil*, em que uma cidade do interior de Minas Gerais, que tem um alto índice de homicídio, colocou um carro de som, com o carro da polícia atrás, em que o carro de som dizia: *“Atenção, se você está com intenção de matar alguém, não mate, pois se matar nós estamos de olho”*. Quer dizer, uma estratégia totalmente inusitada, mas que, de fato, são as coisas que acontecem pelo Brasil afora.

Quero apresentar propostas na CPI, além de me colocar à disposição do Relator, do Presidente e de todos os colegas como um representante que vai estar aqui trabalhando de maneira intensiva. Como dizia o Presidente, vamos trabalhar aqui a várias mãos para defender e para tentar melhorar esta situação da violência urbana no Brasil.



Um dos pontos que temos de ver, Sr. Relator, é a questão da estrutura judiciária. Aqui se vai falar muito, Sr. Relator, na questão da construção de presídios. Mas se formos fazer uma avaliação, Deputado Simão, há grande quantidade de presos ilegais nos presídios brasileiros, são mais de 30% de presos ilegais porque não foram julgados, porque não têm defesa, porque as Defensorias Públicas não estão funcionando. Isso está contribuindo, com certeza, para superlotar os nossos presídios. Talvez, se houvesse o julgamento, a celeridade da Justiça, que também tem responsabilidade na questão da violência urbana, haveria até a falta de necessidade imediata de construção de presídios.

Outro ponto que quero colocar aqui, que muitos falaram, para não ser repetitivo, apenas para fazer uma defesa, é quando se falou da PEC 300. Deputado Simão, as menores remunerações de policiais militares e bombeiros do Brasil são no Piauí e, por incrível que pareça, no Rio de Janeiro. O Piauí consegue perder apenas para o Rio de Janeiro na remuneração do policial militar. Alguém questionou: e se melhorar essa remuneração, será que isso vai ter como consequência uma melhora na eficiência da polícia militar?

Lembro aos nobres colegas quando se fundou o FUNDEF, o financiamento nacional para a educação. Foi sentida a melhora que houve na educação. Evidentemente, se conseguirmos criar aqui, nesta Casa, esse fundo nacional de segurança, obedecendo à PEC 300, ou algum critério que pareça com o que está sendo defendido na PEC 300, fatalmente haverá uma melhora na segurança do nosso País e, conseqüentemente, na diminuição da violência urbana.

Era o que tinha a tratar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Agradecemos as palavras a V.Exa.

Passamos a palavra, para finalizar, ao Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, só para concluir, então, agradecendo as contribuições e colaborações apresentadas por todos os colegas, vou preparar, como não há necessidade de ser votado, vou considerar todas as manifestações como contribuições e vou preparar um roteiro do trabalho, que será remetido a V.Exa. e distribuído aos demais colegas.



Já solicitei ao nosso secretário, com a aquiescência do Presidente, o agendamento nos próximos dias de uma série de visitas institucionais, das quais também os colegas serão comunicados: Diretor-Geral da Polícia Federal, Secretário-Executivo do PRONASCI, Ministro da Justiça, Presidente do STF e, evidentemente, também o Presidente da Casa. Faremos essas 5 visitas para podermos fazer esses encaminhamentos.

Por fim, comunico a V.Exas. que, dentro dessa compreensão, dessa ideia do diagnóstico, como precisamos de alguns dias agora para estruturar o trabalho da Comissão, iniciaremos estas audiências a partir do dia 8. Já temos duas datas agendadas: dia 8 de setembro e dia 15 de setembro. Numa delas convidaremos o Diretor-Geral da Polícia Federal, Delegado Luiz Fernando Corrêa, e o Secretário-Executivo do PRONASCI, Dr. Ronaldo Teixeira; e na outra vamos convidar o profissional responsável pela apresentação do Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros e pelo Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Evidentemente, a partir dessas duas primeiras, vamos fazer outras. O Deputado Raul Jungmann já sugeriu alguns nomes. Já solicitei, Deputado, à secretaria que possa identificá-los, e também junto ao IPEA, no sentido de que a gente possa ter algumas outras sugestões. Fica aberta também a V.Exas. a possibilidade de sugestões e colaborações nesse sentido.

Então, ficam as datas de 8 e 15 para as duas audiências públicas já marcadas. Os senhores serão convidados nos próximos dias para nos acompanhar também nessas audiências institucionais que serão agendadas no decorrer da próxima semana.

Da minha parte era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Fica estabelecido assim.

A palavra agora fica com o 1º Vice-Presidente desta Casa, que, pelo currículo que tem e pela contribuição que já deu a este Parlamento, na verdade, deveria estar ocupando esta Presidência, mas a sua generosidade permitiu que este neófito o fizesse.

Com a palavra o Deputado Raul Jungmann.



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, não é usual iniciar a fala discordando exatamente do nosso Presidente, mas sou forçado a discordar, em primeiro lugar, porque V.Exa. não é neófito coisa alguma; em segundo lugar, porque V.Exa. é autor desta CPI. Portanto, tem todo o mérito, além do mérito profissional, o mérito político de ter conseguido instalar esta CPI. Ao lado disso, V.Exa. tem um excelente Relator, difícil talvez escolher Relator melhor, com senso, com maturidade, com pé no chão, com conhecimento. Já trabalhamos juntos. É um excelente Relator e profundo conhecedor do tema.

Na verdade, quero dizer o seguinte: eu não pude chegar mais cedo mas tive informação do roteiro que foi escolhido. E quero dizer que estou plenamente de acordo, Sr. Relator, Deputado Paulo Pimenta, com o viés diagnóstico inicial.

Isso porque eu vinha pensando no avião o seguinte: afinal, o que não é violência urbana? Violência doméstica; violência no trânsito; violência simbólica; violência, claro, criminal; violência resultante da fome, da falta de emprego. Tudo isso poderia, em alguma medida, direta ou indiretamente, relacionar com a questão da violência urbana.

Violência e urbe são 2 temas extraordinariamente vastos, quando conjugados é praticamente impossível você abarcar esse universo.

Portanto, o diagnóstico, acredito, Presidente e Relator, deve nos dar o necessário foco. Sem ele vamos ficar sem uma espécie de caminho. O mapa do caminho, como se diz hoje na área ambiental. Precisamos do mapa do caminho, Presidente.

Então, neste sentido, está de parabéns o Relator e V.Exa. pela escolha do diagnóstico inicial.

Em segundo lugar, também quero fazer só mais uma reflexão. É que eu acredito, Sr. Relator, que nós devemos olhar com bastante atenção as instituições que cuidam do tema violência urbana, ou seja, o desempenho do Estado. Evidentemente que nós podemos olhar, sob o ponto de vista da sociedade, os fatores criminogênicos que levam exatamente à ocorrência do crime, à violência, à desestruturação da família, que, inclusive, faz com que muitos jovens — sei que é uma preocupação de V.Exa. — hoje estejam imersos no *crack*.



Mas eu chamaria atenção, Paulo, para a questão de como as instituições estão tratando este tema da violência urbana. Nomeadamente, é evidente, o Judiciário, a questão das polícias, o sistema penitenciário, o Ministério Público. Não há como fugir da questão do jovem adolescente, da questão da assistência social. Enfim, como essas instituições estão lidando com esse tema? Seria um primeiro aspecto.

O segundo aspecto, evidentemente, nós nos preocupamos em que medida o crime se organiza e se estrutura, em que medida isso desborda em violência no País afora.

Então, acho que esse é efetivamente um bom caminho. Espero que possamos aqui trazer pessoas, instituições e técnicos, que, num primeiro momento, possam nos ajudar a focar, a entender e a diagnosticar isso. Eu dei algumas sugestões ao Relator, Sr. Presidente, que eram do meu conhecimento. Enfim, não vamos aqui citá-los.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - V.Exa. me permite?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Por favor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu já pedi para fazer uma sondagem inicial ao Dr. Túlio Khan e localizar o Dr. Beato, em Minas Gerais. Nós vimos no IPEA quem está trabalhando de maneira mais recente com o tema. E também o que temos de produção mais recente na área do IBGE a respeito desta matéria. São sugestões de V.Exa. que foram devidamente encaminhadas.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Agradeço muitíssimo. Apenas lembraria o nome do antropólogo Luiz Eduardo Soares, que está na raiz do SUS e do PRONASCI e acho que pode dar uma boa contribuição a esse respeito. Ele vem, inclusive, colaborando com o Ministério da Justiça, nestes últimos anos, com o Ministro Tarso Genro.

Pediria à Secretaria que, se possível, reproduzisse esses volumes que estão na mão do nosso Relator e, pelo menos no meu caso, que se pudesse ter acesso, Presidente, porque seria efetivamente para nós motivo de estudo e de análise.

Sr. Presidente, era isso que eu queria dizer. Não gostaria de faltar com a palavra neste primeiro encontro desta CPI, que vou resumir dizendo o seguinte, Deputados Paulo Pimenta e Alexandre Silveira: V.Exas. sabem que estamos num



período pré-eleitoral, inclusive para a Presidência da República. Eu acho que esta CPI tem todas as condições pessoais, de equilíbrio e de convergência de produzir um mapa e apresentar ao País, inclusive aos futuros candidatos, dentre outros, à Presidência da República, propostas e soluções que eu espero venham a ser tomadas.

Então, é de muita responsabilidade. Eu estou com muita fé e com muita esperança em que nós consigamos traduzir toda a nossa expectativa e experiência acumulada numa contribuição que possa ser, digamos assim, aproveitada pelos futuros governantes. Não só no plano estadual, mas também no plano federal.

Era isso, Sr. Presidente e Sr. Relator.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Nós é que agradecemos as palavras a V.Exa. Gostaríamos de dizer que coadunamos com a esperança e com a mesma expectativa de V.Exa.

Com a palavra do Deputado Francisco Tenório.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente, Deputado Alexandre Silveira, Sr. Relator e demais presentes, na realidade, eu havia me inscrito no começo porque queria também dar minha contribuição, mas antes das minhas palavras fui convocado pelo meu partido a tomar outra decisão em outro plenário.

Como eu saí, pode ser que alguém já tenha tido o que eu vou dizer, mas observei que um dos oradores que me antecedeu se referiu à questão da violência nos grandes centros. E o próprio mapa da violência que está sobre a mesa refere-se à violência nas grandes cidades.

A violência urbana, apesar de hoje estar sendo noticiado que ocorre nos grandes centros, devido à desestruturação policial, à desestruturação do aparato de segurança pública do País e dos Estados, está migrando exatamente para os municípios pequenos em função do consumo da droga, especialmente do *crack*. Eles jogam nos pequenos municípios para que se viciem aquelas comunidades e elas passem a procurar nos grandes centros. Então, é um dos aspectos, vamos dizer assim, impulsores da violência que nós devemos atacar nesta Comissão.



Quero dizer que me sinto feliz em participar de uma Comissão tão importante como esta e com a metodologia de trabalho que a Mesa está dirigindo. Tenha certeza de que eu comungo deste aspecto de levantarmos as causas dessa violência, fazermos esse estudo de diagnóstico para então termos um rumo a traçar e propor políticas públicas condizentes com as necessidades do País.

A questão da violência é extremamente importante no processo de futuro da nossa Nação. Nós não podemos aqui vacilar, em hipótese alguma.

São formadas CPIs e mais CPIs que, às vezes, pontuam fatos e os fatos não são suficientes para que se estudem as causas e apresentem a política necessária para corrigir o problema.

Então, é preciso que nós nos aprofundemos mesmo, nos aprofundemos no estudo dos fatos, nos aprofundemos nas causas para que nós possamos corrigir.

São estas as minhas contribuições. Espero estar no dia a dia participando desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Nós agradecemos a contribuição de V.Exa., Deputado Francisco Tenório, sempre atuante nas Comissões Permanentes desta Casa, no plenário e agora nesta CPI.

Agradecemos a todos os nobres pares a presença maciça que houve nesta primeira reunião desta CPI, o que vem reafirmar este clamor social que são soluções urgentes para a questão do avassalador aumento da violência urbana no Estado brasileiro.

Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrados os trabalhos, antes, porém, convocando reunião para o dia 8, às 14h, terça-feira, neste plenário.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado.